

Resenhas

Há cerca de um ano, causou muitas risadas nos meios intelectuais o fato de cadernos culturais e literários de diversos órgãos de imprensa cariocas nada terem visto de ficcional numa investigação do obscuro filósofo Jean-Baptiste Botul sobre a vida sexual de Emmanuel Kant e na publicação, a seguir, de uma série de conferências proferidas sobre o assunto em Nueva Königsberg, desconhecido vilarejo do... Paraguai!

Autor da brincadeira, o jornalista francês Frédéric Pagès prolongou-a mediante uma redefinição do botulismo – doença provocada pela ingestão de enlatados com validade vencida – como patologia que grassaria igualmente no ensino acadêmico de nossos dias, muitas vezes estragado e, por isso, bastante perigoso...

Quiçá muitos dos que em nada estranharam os temas e referências de Botul – de certo afetados, sabendo-o ou não, por “botulismo” acadêmico – considerarão indubitavelmente ficcional o anúncio do lançamento de uma coletânea de artigos na qual professores de universidades públicas do Rio de Janeiro se reúnem para produzir uma ferramenta-livro dedicada à formação de educadores, em especial nas diferentes licenciaturas oferecidas pelo ensino superior. As suspeitas do botúlico leitor recairão sobre a teimosa sobrevivência das universidades públicas, provavelmente menos plausível, a seu ver, do que uma paraguaia Nueva Königsberg; sobre um trabalho coletivo de professores, quando cada um talvez devesse estar dedicando seu precioso tempo a acumular maior número de títulos que seus colegas rivais; sobre tão especial interesse voltado à formação de professores, quando há tantos temas mais palpitantes e vendáveis (a vida sexual dos arautos do neoliberalismo, por exemplo); e, finalmente, sobre a pretensão do livro a “contribuir para a reflexão do educador, problematizando a construção de uma sociedade autônoma”, sendo escrito por sete psicólogos, prefaciado por outro (a professora Esther Arantes) e organizado por um deles – afinal, Psicologia e autonomia muito raramente foram, até o presente, elementos compatíveis...

Talvez para nos assegurar de que o trabalho é real – conquanto não deixe de ser ficcional no melhor sentido do termo, o da transgressão utópico-ativa dos constrangimentos do presente –, os autores, às primeiras páginas, “mostram sua cara” através de fotos e breves currículos. Ali os descobrimos psicólogos e professores universitários, mestres e/ou doutores, mas igualmente agentes comunitários, cineastas independentes, ensaístas premiados, trabalhadores em saúde mental, psicopedagogos, psicanalistas, integrantes de equipes (de intervenção e pesquisa) voltadas para o ensino fundamental e médio, articuladores de educação com saúde, militantes no campo dos direitos humanos, promotores da democratização de novas tecnologias comunicacionais via redes cooperativas etc. Também se revelam um grupo quase inteiramente feminino, embora a presença singular do professor Luis Antonio Baptista nos tenha levado, até o momento, a privilegiar o gêne-

ro masculino na escritura, desrespeitando o politicamente correto, mas atendendo ao português clássico. Finalmente, a organizadora, professora Ira Maciel, é fotografada sorridente, com a Baía da Guanabara ao fundo, sugerindo a possibilidade, no livro concretizada, de reunir universitário de cá (UFRJ, UERJ) e de lá (UFF) em um projeto que prima, exatamente, por conexões, passagens, travessias e mesmo inadiáveis contrabandos.

Na apresentação assinada pela organizadora, o trabalho não se furta a nos revelar seu desencadeante. Convidados, ao cursar Psicologia da Educação – uma das disciplinas que compõem tradicionalmente o currículo das licenciaturas –, a formular questões teórico-práticas capazes de fornecer um eixo de interesse/desenvolvimento para a matéria, os alunos deixam escapar uma experiência contundente e perturbadora: “Como posso me livrar mais rápido da universidade?”, logo seguida de “Universidade, fonte de conhecimento ou de desilusão?”. A partir dessas perguntas-problema, durante dois anos se compuseram/recompuseram um grupo e um livro que respondessem ao desafio de tornar os textos de Psicologia oferecidos aos futuros educadores menos “chatos”, “herméticos”, “empolados” e, em especial, efetivamente articulados às questões da prática educacional.

Julgo que os autores, justamente por sua multiplicidade e disposição à travessia de fronteiras – marítimas e disciplinares – atingiram o objetivo. Não pretendo anunciar o que disseram, determinando *a priori* a barca que o leitor deve tomar em sua aventura. Pois se esta é o que advém ou o que se inventa, não desejo impor-lhe ordem nem conjurar seus perigos. Mas não me furto a gritar alguns “Terra à vista!” ao me ver explorando um livro de Psicologia e Educação que, em nenhum momento, propõe-se a ser uma Psicologia da Educação, apropriação que tantos funestos destinos já promoveu quanto a nossas crianças e adolescentes: invalidados por olhares de peritos munidos de infindáveis instrumentos diagnósticos, tornavam-se, cada um deles (ou delas), o(a) “garoto(a) que quanto mais falava [mais] sumia sem deixar vestígios”, de cujos percursos (ainda) astuciosos nos fala Luis Antonio em seu ensaio poético-rigoroso.

Contrariar, contraditar, dobrar, contingenciar esses funestos destinos das associações hegemônicas até hoje feitas entre Psicologia e Educação me parecem os principais objetivos/táticas desse trabalho. Para tanto, seus autores-trajetórias convidaram muitos outros, de tantos tempos e lugares. Assim, com Castoriadis e Paulo Freire, a obra insiste na *poiesis*, na autocriação, na instituição imaginária da sociedade e de seus sujeitos, remetendo-nos não a um espelho ilusório, mas à autonomia do que instituímos e que nos institui, mesmo quando o desconhecemos. Se, como nos propõe o primeiro artigo, de autoria da professora Ira Maciel (“A questão da formação: tecendo caminhos para a construção da autonomia”), o social-histórico é auto-alteração, dispomos de importante ferramenta para lutar contra aqueles tantos outros que nos querem fazer crer que qualquer transformação é imaginária ou ficcional – tal qual afirmaria o suspeito “botulista” com quem dialogávamos no início desta resenha.

Reafirmando que, conquanto condicionados, não somos determinados – conforme proclamava há tantos séculos o jovem La Boétie, instando-nos a escapar, ao menos, da servidão voluntária –, a professora Tania Catharino (“Psicologia na Educação: contri-

buições da análise institucional para o processo pedagógico”) associa uma indisciplinada/desobediente Psicologia à autogestão pedagógica, superando “a clivagem (instituída) entre o político (como dimensão específica da conscientização) e o psicológico (como dimensão institucionalmente regressiva)”.

Enquanto os dois artigos citados constituem a primeira parte do livro na qualidade de abertura prático-poética ao trabalho do professor, os quatro que formam a segunda, embora se dediquem à análise das abordagens mais presentes no cenário da psicologia educacional brasileira contemporânea – as contribuições de Vygotsky, Piaget, Skinner e Freud –, nelas encontram menos “monstros sagrados” a nos dizer o que devemos fazer como educadores (ou psicólogos) do que uma história das lutas entre regimes de verdade. Nesse sentido, os textos de Ira Maciel (“Vygotsky e a construção sócio-histórica do desenvolvimento”), Marcia Souto Maior (“Piaget e a construção do homem: conhecimento, afeto e moral”), Ira e Marcia (“Frederic Skinner e a modelagem do comportamento”) e Maria Regina Maciel (“Freud, o inconsciente e a educação”) favorecem que eventualmente nos aliemos a certas experimentações, mas evitam que delas sejamos servos, voluntariamente ou não.

Finalmente, a terceira parte da obra nos lança, fortalecidos por armas e companheiros discursivos, no campo de uma virtual invenção do cotidiano educacional. Aí, os famosos currículos, as nobres pesquisas, os célebres poderes, as temíveis indisciplinas e as misteriosas subjetividades são trazidas ao rés-do-chão pelas mãos de Diva Conde (“Currículo escolar e subjetividade”), Luis Antonio Baptista (“A fábula do garoto que quanto mais falava sumia sem deixar vestígios: cidade, cotidiano e poder”) e Marisa Rocha (“Formação e prática docente: implicações com a pesquisa-intervenção”; “Educação e saúde: coletivização das ações e gestão participativa”). Cada um deles nos chama a “fazer ranger”, no dia-a-dia escolar, a intensidade dos discursos-práticas de Vernant, Santomé, Rogers, Dewey, Heller, Lefebvre, Foucault, Patto, Benjamin, Le Goff, Freire Costa, Certeau, Chalhoub, Dejours, Ariès, Athayde, Sposito e tantos outros, de modo a que nada mais se revista, no que tange à Educação e às relações entre Psicologia e Educação, de uma paz doentia e impotentizante.

Ao concluir a leitura desse livro, “desejos e idéias díspares agrupavam-se contagiados pelo combate aos cárceres da sina de qualquer espécie. A revolta tomava conta de todos, prenunciando singulares formas de solidariedade”.

Se todos escrevessem assim, talvez não desejássemos deixar rapidamente a universidade. Se todos se agrupassem desse modo, quiçá ela cessasse de ser fonte de desilusão. Para o leitor, o rumor da batalha democrática se faz ouvir no menor dos murmúrios de sua cotidiana (e bela) elaboração.

Heliana de Barros Conde Rodrigues

SCOTT, Joan W. **A cidadã paradoxal**: as feministas francesas e os direitos do homem. Trad. Élvio A. Funck. Apres. Miriam P. Grassi. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002. 312p.

Quando, nos tempos idos da Revolução Francesa, Olympe de Gouges declarou que as feministas eram mulheres que só tinham paradoxos a oferecer, estava na verdade expressando um modo de ser que veio definindo o feminismo ao longo de toda a sua história. Segundo Joan Scott, se a condição de paradoxo tem marcado essa história de impasses – não raro incontornáveis –, por outro lado tem imprimido ao movimento a sua própria força política.

É justamente isto o que propõe em **A cidadã paradoxal** a historiadora norte-americana: investigar a condição paradoxal que constitui o próprio feminismo. A primeira tese sustentada por Joan W. Scott é a de que o feminismo possui uma história e está efetivamente marcado por ela. Essa história, ademais, deve servir de base para o pensamento e para a ação do feminismo contemporâneo. Em seguida, sua reflexão se debruça sobre a histórica tensão que divide o feminismo entre as/os que reivindicam a igualdade entre os sexos e as/os que empunham a bandeira da diferença dos sexos. Sem defender uma ou outra estratégia, a autora vai mais além ao propor uma revisitação da tradição liberal, pois, a seu ver, o feminismo, surgido do individualismo liberal que se construiu a partir do final do século XVIII, não é simplesmente um produto dessa tendência histórica, mas um vívido “sintoma de suas contradições”. Graças a lutas específicas e contínuas, notadamente aquelas pelo direito ao voto, as feministas puseram a nu as mais profundas contradições do moderno Estado democrático, de cuja construção, aliás, de boa vontade participaram. Uma das denúncias relacionava-se ao direito de voto e acabava por desembocar num conceito democrático maior, o de cidadania: o direito ao voto – teoricamente universal, e, portanto, de todo cidadão – era vetado às mulheres. Tratava-se, então, de um direito no mínimo discutível, pela incongruência que lhe era inerente: ao mesmo tempo em que se propunha extensivo a todo cidadão, impunha um veto às mulheres, porque definia o cidadão como exclusivamente masculino. Assim enunciada, a principal reivindicação feminista dos séculos XVIII, XIX e boa parte do XX soa-nos algo simples demais e, por vezes, tautológica. Sinaliza, contudo, o que de mais contundente realizou o feminismo nessa longa história: apontar a ferida aberta, a contradição fundamental do discurso democrático liberal, que encobre as exclusões que promove.

Porém, ao mostrar as falhas do discurso liberal, o feminismo, também ele, evidencia seus paradoxos. Se as feministas inseridas nessa história de lutas encarregaram-se de denunciar a diferença sexual como fator de exclusão na consolidação do Estado democrático, paradoxalmente elas próprias se esforçaram por declarar irrelevante essa mesma diferença. Ou seja, se a diferença sexual é o ponto de partida para a reivindicação de igualdade, como estratégia de luta as feministas se dividiram (e ainda hoje se dividem) entre

reafirmar essa diferença ou lutar por minimizá-la, até, se possível, suprimi-la (veja-se, por exemplo, Simone de Beauvoir que, partindo da constatação da diferença, conclui sua obra monumental acenando para o ideal dos sexos iguados).

Escrever uma história do feminismo, para Joan W. Scott, não é escolher entre a estratégia da igualdade e a da diferença, como se uma delas pudesse resolver os impasses vividos. Uma história do feminismo deve ser, segundo a autora, “a história de mulheres (e de alguns homens) constantemente às voltas com a dificuldade de resolver os dilemas” que enfrentam.

Para rever tais dilemas, expondo em profundidade as contradições que os alimentam, a historiadora elege quatro momentos da história moderna francesa, na figura de quatro feministas intensamente envolvidas na luta pelos direitos das mulheres, particularmente na luta sufragista: Olympe de Gouges, cuja atuação remonta ao movimento revolucionário do final do século XVIII; Jeanne Deroin, que participou dos acontecimentos da Revolução de 1848; Hubertine Auclert, cuja militância se deu no período da Terceira República, em fins do século XIX e, finalmente, Madeleine Pelletier, que atuou na primeira metade do século XX, tendo morrido em 1939, quando a Segunda Guerra batia à porta da Europa.

Embora essas mulheres se apoiassem em princípios e visões de mundo bastante divergentes, compartilharam um mesmo radicalismo no modo visceral como denunciaram as contradições dos cenários políticos em que atuavam. E pagaram muito caro por isso: Olympe de Gouges foi levada à guilhotina; Jeanne Deroin provocou escândalo, esteve presa e acabou por se auto-exilar na Inglaterra; Hubertine Auclert sofreu forte hostilidade, tendo sido considerada extremamente nociva por seus contemporâneos; e Madeleine Pelletier, no fim dos seus dias, foi aprisionada num manicômio. O que fica evidenciado nas trajetórias de vida e de luta dessas mulheres, antes de tudo, é o “perigo” que o feminismo sempre representou para sistemas políticos e filosóficos supostamente democráticos e universais. Um perigo muito bem identificado e devidamente punido por tais sistemas.

Pois o livro de Joan Scott também é uma ameaça aos sistemas que não se querem mostrar em suas lacunas e seus paradoxos, justamente pelo desconforto que provoca naqueles que sustentam a visão historiográfica tradicional. Seu modo desconstrutivo de ler a história – ou de propor “uma história” – do feminismo, na França revolucionária e pós-revolucionária, inquieta os que, por via de um modo de narrar “linear ou teleológico”, tomaram por hábito eliminar quaisquer “relatos de conflitos e de poder”. Assim, este livro pode ser lido também como um desafio, uma leitura a contrapelo da história moderna, ela também cheia de “paradoxos a oferecer”. Entregando-nos ao prazer de ler esse desafio, podemos concordar com o que disse Jane Flax: “Talvez Freud estivesse certo quando declarou que as mulheres são os inimigos da civilização”.

Simone Pereira Schmidt

BESSET, Vera Lopes (Org.). **Angústia**. São Paulo: Escuta, 2002. 216p.

É muito bem-vinda esta coletânea de artigos sobre a angústia, organizada por Vera Lopes Besset. Em primeiro lugar, porque trata de um tema presente no cotidiano da clínica e que, até os dias de hoje, traz impasses teóricos importantes. Além disso, o livro é estruturado de forma inteligente, enfocando três aspectos fundamentais: a clínica da angústia, sua atualidade e conexões e sua relação com as fobias. De quebra, conta com a colaboração de autores que, reconhecidos por seu trabalho no cenário nacional e internacional, promovem entre si – mesmo que involuntariamente – um amplo foro de discussão, relançando-o, como dádiva preciosa, aos seus leitores.

No primeiro tópico, as autoras, ao concederem um lugar e uma função à angústia na clínica, marcam a importância de se contar com esse fenômeno na direção do tratamento. Assim, Besset (“A clínica da angústia: faces do real”) esclarece que, antes de simplesmente apaziguar e afastar as manifestações da angústia, é necessário considerá-la como algo inerente ao humano e como “sinal daquilo que, do desejo e do gozo, revela-se como estranho ao eu”. Referindo-se a Freud, Lacan e Miller, a autora especifica que a certeza da angústia aproxima-a do real do inconsciente e propõe a invenção de “um saber para o que escapa ao sentido”. Isso implica partir da ilusão do amor – aquilo que engana – para fazer valer, na transferência, o que não engana, ou seja, o real do inconsciente.

Essas questões são relançadas por Marie-Hélène Blancard-Briole (“Uma verdade que não é ‘eu’”), Tânia Coelho dos Santos (“Um estudo comparativo da angústia na neurose obsessiva e na histeria”) e Sandra Tschirner (“Que angústia é essa?”). Blancard-Briole o faz através de um caso clínico, onde mostra que a irrupção da angústia traz à tona o sujeito da pulsão – de caráter acéfalo – na medida em que algo do seu ser escapa ao domínio do eu. Coelho dos Santos, fazendo um contraponto entre a angústia na histeria e na neurose obsessiva, retoma a noção lacaniana da angústia como “o afeto que não engana” e que aponta para “a apavorante certeza” referente ao desejo do Outro. A autora assinala ainda que “conferir primazia à angústia, na direção da cura analítica”, implica redefinir a tarefa do analista e a natureza da interpretação, como também “restabelecer o não-sentido próprio aos momentos em que o sujeito se perde”. Completando o primeiro tópico, Sandra Tschirner vale-se das formulações de Winnicott para relacionar a angústia às “agonias primitivas” do bebê, ao “colapso” e à experiência do desamparo.

O tópico “A atualidade da angústia: conexões” é particularmente interessante por reenviar-nos à clínica, através de parâmetros pouco convencionais. Marcus André Vieira (“Como se ri da angústia”) o faz pela via do humor, ao convocar – nestes tempos de alta modernidade – “O analista de Bagé” para aplicar-nos um “joelhoço”. Segundo o autor, o “joelhoço” “marca a ruptura violenta do sentido, a incidência traumática do real no discurso”, recurso com o qual o analista de Bagé encarna um ato prévio à significação. Se-

guindo a trilha literária, Mário Eduardo Costa Pereira (“Sim ou não: a angústia e a voz do Outro”) serve-se do conto “Insônia”, de Graciliano Ramos, para marcar aí a presença do Outro da angústia e “os abalos por ele provocados no campo do corporal”. Vincula a angústia ao caráter peremptório e brutal da voz – “Outro sem rosto” – presente no canto da sereia, que solicita ao sujeito “a entrega total às águas de sua sedução”.

Referindo-se à atualidade dos textos de Latour e Bauman, Marisa Schargel Maia (“Angústia de vida, angústia de morte: sobre os processos de subjetivação e contemporaneidade”) entende que a pós-modernidade – mesmo que seja por ruptura – só pode ser pensada a partir da modernidade. Nessa medida, concebe o pós-modernismo como um “sintoma” do moderno para, a partir daí, refletir sobre as angústias de vida e de morte e suas incidências na clínica contemporânea. Por sua vez, José Newton Garcia de Araújo (“Angústia e cuidado”) recorre à obra *Ser e tempo*, de Heidegger, para trazer – a partir do conceito nuclear de *Dasein* – a inquietante equivalência entre angústia, cuidado e cura. Promove um diálogo, marcado por “abismos e passarelas”, entre a analítica existencial de Heidegger e a psicanálise. Assinala, ainda, que os pressupostos heideggerianos são construtos ontológicos, sem lastro na prática clínica; no entanto, estimula-nos a repensar a clínica, ao lembrar que tanto Freud quanto Heidegger estavam tomados “pelo cuidado de não promover nenhuma ‘plenitude’ aos seus contemporâneos”.

O terceiro tópico atravessa o espaço da ágora, reinserindo o sujeito no âmbito público. Mário Eduardo Costa Pereira (“Westphal e a descrição da agorafobia”) resgata o trabalho pioneiro de Westphal sobre a agorafobia – o temor aos lugares públicos – ampliando-o a partir das concepções de Legrand du Saulle acerca do “medo dos espaços” e das elaborações freudianas sobre a neurose de angústia. O clássico texto de Westphal (“A agorafobia, uma doença neuropática”) – inédito em nosso país – é apresentado em seguida e, nele, o autor descreve três interessantes casos clínicos, tecendo importantes considerações teóricas sobre a psicopatologia das fobias. Retomando o problemático tema do espaço, Carlos Alberto Pegolo da Gama e Manoel Tosta Berlinck (“Agorafobia, espaço e subjetividade”) concebem o sintoma agorafóbico como algo que deve ser pesquisado na perspectiva da configuração subjetiva. Os autores formulam o espaço não como aquilo que é simplesmente exterior ao sujeito, mas como o que “pressupõe a marca do sujeito”, fruto da própria organização subjetiva.

Maria Angélica Augusto de Mello Pisetta e Vera Lopes Besset (“Fobia, angústia e castração”), tomando como referência o “Pequeno Hans”, estudam – articulando os textos de Freud e Lacan – as complexas relações entre sintoma, angústia e castração, tecendo considerações sobre o estatuto psicopatológico da fobia. Assinalam que o objeto fóbico é um modo de lidar “com a ameaça do encontro com o que é da ordem do impossível”, forma de velar a impossibilidade de se lidar com a castração, uma precaução frente ao encontro com esse impossível. Finalizando esta bela coletânea de artigos, Marcelo Veras (“Versões do pânico”) pergunta se é legítimo associar a angústia, “afeto que atravessa os séculos”, a algo específico de nosso tempo. Lembra que a indústria farmacológica, ao prometer alívio e bem-estar, faz do medicamento um bem de consumo, ignorando a dimen-

são de satisfação que há em todo sintoma. Abre, através de duas casuísticas, uma nova perspectiva clínica para a síndrome do pânico, dando a palavra ao sujeito.

Desfrutemos, portanto, desse espaço aberto fundamentalmente à palavra – espaço que é o da ágora, da praça, do fórum, da obra vinda a público – e façamos, da energia constritiva e paralisante da *Angst*, trabalho criativo e propulsor.

Wagner Siqueira Bernardes

GUERRA, Andréa M. C.; GONÇALVES, Betânia D.; MOREIRA, Jacqueline (Org.). **Clínica e inclusão social: novos arranjos subjetivos e novas formas de intervenção.** Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2002, 198p.

Em tempos em que a subjetividade tem ocupado o centro das discussões no que concerne tanto à economia, com as oscilações do mercado, quanto às produções da sociologia, antropologia, artes e psicologia, os autores deste livro retomam a questão em toda a sua complexidade, procurando enfrentar os desafios da clínica psicológica, da inclusão social e das formas de subjetividade. Abre-se um espaço para a reavaliação de caminhos antes vistos como contraditórios, como a ordem e a desordem, o normal e o anormal, expressos pela crise e pelo conflito. Na terapia contemporânea esses estados conflitantes não vêm sendo formados como sintomas da doença, mas reconceitualizados como existir num mundo complexo. A polêmica desenvolvida no texto tenta procurar, no complexo, o universal.

Logo na primeira parte do livro, desafiando o leitor, o conceito de sujeito é colocado etimologicamente e historicamente, em contraponto com as noções de eu e de pessoa. O texto é denso e exige um espaço para considerar as idéias de liberdade, igualdade e mobilidade social. Encontra-se fôlego para propor a análise de dois modos de subjetivação: o sujeito político e o sujeito psicológico. Sem descartar outras possibilidades teóricas, o sujeito psicológico é analisado segundo o referencial psicanalítico. Por um lado, seria interessante provocar aqui o debate em torno dos paradoxos presentes na constituição dos conceitos: a subjetividade se refere ao indivíduo mas é constituída na relação com o outro e com a sociedade, esta entendida não só como os modos de relações sociais, mas como a inserção do homem na natureza e no seu conhecimento. Por outro lado, o sujeito é autonomia e liberdade. No entanto, autonomia só se conquista na interação com o outro. Da mesma forma, liberdade e igualdade são paradoxais: como ser livre e igual se a igualdade uniformiza e tolhe a liberdade?

O segundo texto analisa a tradição da psicologia centrada no modelo do profissional liberal com fortes influências do modelo médico, baseado na atuação sobre o indivíduo abstraído do seu contexto de inserção social. A mudança desse modo de ver o mundo leva a uma reflexão sobre as possibilidades de uma clínica que se introduz no social. Os

conceitos de cidadão, universal em seus direitos e deveres, e o de sujeito universalizado na sua singularidade, que se apossa de toda a sua criatividade para fazer parte de um acontecimento e estabelecer alianças, levam a uma proposta: tornar essa clínica viável, utilizando o método da dialética, da concepção de historicidade dos fenômenos e da escuta clínica na sua forma mais sensível, aquela que percebe a particularidade de cada sujeito na interseção do social e do individual.

A segunda parte do livro problematiza, a partir dos pressupostos teóricos acima levantados, uma experiência particular junto aos hansenianos da Colônia Santa Isabel (Betim, MG). A metodologia se constitui de oficinas nas quais o grupo e o participante do grupo têm a palavra, direito que funda esses tipos de trabalho. É nesse momento que se observam as relações entre o particular, o singular e o universal. Outra estratégia metodológica utilizada foram as mini-assembléias, onde as decisões eram discutidas e o sujeito político emergia pleno dos seus direitos e deveres, confrontado com a sociedade da qual participava, ainda que sua condição de participação fosse marcada pela diferença, pela falta, pela exclusão, pela frustração. Todos esses elementos vêm discutidos nos textos subsequentes, acrescidos de aspectos históricos e de políticas públicas, no arcabouço da teoria das representações sociais. A política pública advinda do Decreto-lei de 26 de julho de 2000, Portaria 816, item 99823, onde o Ministério da Saúde exige mudança do modelo assistencial para o modelo lar-abrigo, gerou a experiência reflexiva relatada neste livro, já que a demanda partiu da direção da Colônia Santa Isabel para a implantação do Programa de Desasileamento, em parceria do curso de Psicologia da PUC Minas/Betim com o curso de Psicologia do Unicentro Newton Paiva.

O livro tem as mesmas características do trabalho desenvolvido, ou seja, é o resultado de um esforço de equipe para coletivizar o conhecimento e a prática. Por isso vale a pena ser lido.

Vânia Carneiro Franco